



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

128

2. C C	PUBLICADO NO D.O.U. De 11/03/1993 Rubrica
--------------	---

Processo no 10.920-002.141/91-31

Sessão de : 18 de dezembro de 1992 ACORDÃO nº 203-0.145

Recurso nº: 89.920

Recorrente: DOCOL FV-COM. DE METAIS SANITARIOS LTDA

Recorrida : DRF EM JOINVILLE - SC

**DCTF - Aviso de Cobrança - Fora da competência
deste Colegiado a apreciação de tal matéria.
Recurso do qual não se conhece, por falta de
objeto.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
interposto por DOCOL FV-COM. DE METAIS SANITARIOS
LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo
Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não tomar
conhecimento do recurso, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1992.

Rosalvo Vital Gonzaga Santos
ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

Sérgio Afonso Steff
SÉRGIO AFONSO STEFF - Relator

Dalton Miranda
DALTON MIRANDA - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 26 MAR 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros
RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA,
CRISTINALICE MENDONÇA SOUZA DE OLIVEIRA (Suplente), TIBERANY
FERRAZ DOS SANTOS e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

129

Processo nº 10.920-002.141/91-31

Recurso nº: 89.920

Acórdão nº: 203-O.145

Recorrente: DOCOL FV-COM. DE METAIS SANITARIOS LTDA.

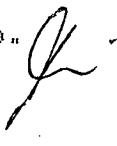
R E L A T O R I O

Ao constatar que a Contribuinte em epígrafe depositara em juízo valor menor do que o devido, a DRF-Joinville-SC, emitiu um aviso de cobrança, intimando-a a comprovar "no prazo de 72 horas, contado do recebimento deste, junto a esta Seção de Arrecadação, o recolhimento do valor constante do DARF anexo".

O Contribuinte impugnou a cobrança com o seguinte pedido:

"Por fim, que seja considerada nula a referida intimação por não ter observado requisitos formais estabelecidos no decreto 20.235, ou que sejam sanadas as irregularidades ora apontadas, dando oportunidade a Impugnante de defesa também conforme os termos do mesmo decreto, ou que seja recebida esta como DEFESA ADMINISTRATIVA e julgada como tal, dispensando a Impugnante do pagamento do valor ora exigido, bem como do não envio do débito para inscrição em dívida ativa".

Em seu recurso voluntário, a Recorrente reiterou os argumentos já citados quanto da impugnação.

E o relatório. 



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº 10.920-002.141/91-31

Acórdão nº: 203-0.145

190

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERGIO AFANASIEFF

Compete a este Colegiado apreciar matéria relativa à exigência do crédito tributário, formalizado em auto de infração ou notificação de lançamento, conforme artigo 9º do Decreto 70.235/72. Como este caso trata de aviso de cobrança emitido pela Divisão de Arrecadação, voto pelo não conhecimento do recurso, por falta de objeto.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1992.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sérgio Afanassieff".

SÉRGIO AFANASIEFF